



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSION
07/08/2020

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		472.718.345,01	276.026.417,08	PASSIVO CIRCULANTE		386.300.182,09	183.752.491,13
Caixa e Equivalentes de Caixa		421.055.951,13	208.664.500,92	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		203.795.025,71	5.775.041,45
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		40.709.148,48	65.944.454,56	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.655.342,78	3.414.285,20
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		1.043.852,32	1.417.461,60	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		9.909.393,08	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		177.849.813,60	174.563.164,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE		186.039.517,64	180.216.218,58	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		84.268.000.000,0	75.910.000.000,0
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Estoque		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões a Longo Prazo	01.001	84.268.000.000,0	75.910.000.000,0
Propriedades para Investimento		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	01.001	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		84.654.300.182,0	76.093.752.491,1
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	ESPECIFICAÇÃO			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-			2018	2017
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Reservas de Capital		-	-
Imobilizado	01.001	185.162.159,87	179.976.250,91	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Bens Móveis		83.831.794,60	77.055.319,82	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		159.498.569,31	138.395.926,52	Demais Reservas		3.192,89	3.192,89
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-75.666.774,71	-61.340.606,70	Resultados Acumulados		-83.995.545.512,33	-75.637.513.048,36
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultado do Exercício		-10.589.839.924,65	-35.749.000.821,52
Bens Imóveis		101.330.365,27	102.920.931,09	Resultados de Exercícios Anteriores		-75.637.513.048,36	-84.273.275.810,26
Bens Imóveis		115.070.209,63	111.490.942,15	Ajustes de Exercícios Anteriores		2.231.807.460,68	44.384.763.583,42
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-13.739.844,36	-8.570.011,06	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-83.995.542.319,44	-75.637.509.855,47
Intangível		877.357,77	239.967,67				
Softwares		877.357,77	239.967,67				
Softwares		12.466.583,43	11.780.726,55				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-11.589.225,66	-11.540.758,88				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSION 07/08/2020	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

ATIVO				PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
				ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		-	-			
Direitos de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-			
Diferido		-	-			
TOTAL DO ATIVO		658.757.862,65	456.242.635,66	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	658.757.862,65	456.242.635,66

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	421.055.951,13	208.664.500,92	PASSIVO FINANCEIRO	613.064.515,29	314.047.318,12
ATIVO PERMANENTE	237.701.911,52	247.578.134,74	PASSIVO PERMANENTE	84.273.234.662,41	75.915.229.685,00
SALDO PATRIMONIAL	84.227.541.315,05	75.773.034.367,46			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	16.691.394,96	12.639.406,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	647.776.346,82	576.970.305,99
Execução dos Atos Potenciais Ativos	16.691.394,96	12.639.406,26	Execução dos Atos Potenciais Passivos	647.776.346,82	576.970.305,99
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	16.686.188,58	12.639.406,26	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	5.206,38	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.869.186,73	3.137.573,73
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	645.907.160,09	573.832.732,26
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	16.691.394,96	12.639.406,26	TOTAL	647.776.346,82	576.970.305,99

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-169.725.271,96
Recursos Vinculados	-22.283.292,20
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-156.737,72
Previdência Social (RPPS)	-1.052.812,48
Recursos de Receitas Financeiras	-23.597.521,46
Operação de Crédito	5.549,64
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.518.229,82
TOTAL	-192.008.564,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2018	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 07/08/2020	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

01.001 - Notas Explicativas Consolidadas - Nota 01.1 *¿* Passivos Contingentes

Um Passivo Contingente, de acordo com o MCASP 6ª Edição, existe quando em consequência de eventos passados possa haver uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- a) uma obrigação presente; ou
b) uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do MCASP, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Quadro 01.1 *¿* Provisão Passivo Contingente.

Obrigação
Probabilidade de
Saída de
Recursos
Possibilidade de
Estimativa
Confiável do Valor
O que deve ser
Reconhecido ou
Registrado
Forma de
Evidenciação
Presente Provável Possível Provisão Balanço
Patrimonial e Notas
Explicativas

Presente Provável Não possível Passivo Contingente Notas Explicativas

Presente Não provável Possível ou Não

possível

Passivo Contingente Notas Explicativas

Possível Provável Possível Passivo Contingente Notas Explicativas

Fonte: MCAPS, 6ª edição

No dia 10 de fevereiro de 2015 a AGU emitiu a Portaria nº40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitados em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a Portaria AGU Nº 40, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro. Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Por determinação superior, foi criado uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAISPGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a Advocacia-Geral da União *¿* AGU

Secretaria-Geral de Administração *¿* SGA

Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finança e Análise Contábil *¿* DPOF

Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil *¿* CGOF

Coordenação de Análise Contábil *¿* CONTA

Nota Explicativa

Versão: 1.0.0 Atualizada em: 10/04/2018

Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

Com isso, no dia 28 de fevereiro de 2018, a Procuradoria-Geral da União, por meio da Nota Técnica Nº 00225/2018/PGU/AGU, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2018	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 07/08/2020	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme destacado a seguir:

Quadro 01.2 - Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União - PGU

Risco Fiscal de

Ações Judiciais

Probabilidade

Provável (R\$)

Probabilidade

Possível (R\$) Total (R\$)

PGU 87.563.000.000,00 1.097.000.000,00 88.660.000.000,00

Foram registrados no SIAFI, do valor referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais, lançamentos os quais totalizaram os montantes de R\$ 87.563.000.000,00 (Probabilidade Provável) e R\$ 1.097.000.000,00 (Probabilidade Possível). Os Documentos Hábeis que geraram os registros de ajustes foram: 2018PA000001 e 2018PA000002 na UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU.